

A LÁGRIMA DE NÍSIA FLORESTA: PERSPECTIVA DE GÊNERO NA POESIA INDIANISTA BRASILEIRA

*Nísia Floresta's tear: Gender perspective in
the Brazilian Indianist poetry*

MARINA DOS SANTOS FERREIRA 

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

E-mail: msf.gaspar@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho, parte de uma pesquisa ainda em andamento, busca elaborar uma leitura do poema *A lágrima de um Caeté* (1849), de Nísia Floresta, (re)inserindo-o no contexto do indianismo brasileiro do século XIX, movimento em que a autoria feminina é tradicionalmente excluída pela historiografia literária hegemônica. A construção do poema, que aborda tanto o destino do indígena quanto o movimento insurrecional da Praieira ocorrido em Pernambuco no século XIX, aponta para as disputas políticas, revelando não apenas a afinidade de Nísia Floresta com os princípios liberais em detrimento dos conservadores, mas também seu envolvimento nos debates públicos reservados majoritariamente às figuras masculinas do cenário político nacional. Para além da evidente correlação com o episódio da Praieira explícito no poema nísiano, o trabalho apresenta material de arquivo que revela a produção e publicação de textos de teor liberal em periódicos da época assinados por um “Caheté”. A partir deste, propomos atravessamentos entre a figura pioneira da escritora, enquanto mulher intelectual pública, e sua personagem, o indígena Caeté.

PALAVRAS-CHAVE: Nísia Floresta; *A lágrima de um Caeté*; Caheté; indianismo; Praieira.

ABSTRACT

The present work is part of an ongoing research that reads the poem *A lágrima de um Caeté* (1849), by Nísia Floresta, (re)inserting in the context of Brazilian Indianism in the 19th century, a literary movement from which female authorship is usually excluded by hegemonic literary historiography. The construction of the poem takes into consideration both the indigenous fate and the Praieira insurrection that took place in Pernambuco in the 19th century. It points to the political disputes of that time and reveals not only Nísia Floresta's affinity with the liberal principles against the conservative ones, but also her knowledge of the public debates mostly reserved for male characters on the national political scene. In addition to the evident part taken by the Praieira episode, which is very explicit on Nísia's poem, this analysis presents archive material that reveals the writing of texts with liberal content published in periodicals of the time signed by a “Caheté”. It allows us to explore the relations that can be established between the woman writer as a public intellectual and her character, the indigenous Caeté.

KEYWORDS: Nísia Floresta; *A lágrima de um Caeté*; Caheté; Indianism; Praieira.

EDITOR-CHEFE:

Cássia Maria Bezerra do
Nascimento

EDITOR-EXECUTIVO:

Gerson Roberto Neumann

EDITORES ASSOCIADOS:

Adriana Cristina Aguiar
Rodrigues
Anderson Bastos Martins
Germana Henriques Pereira

SUBMETIDO: 03.02.2025

ACEITO: 17.06.2025

COMO CITAR:

FERREIRA, Marina dos
Santos. A lágrima de Nísia
Floresta: perspectiva de
gênero na poesia indianista
brasileira. *Revista Brasileira
de Literatura Comparada*,
v. 27, e20251057,
2025. doi: [https://doi.
org/10.1590/2596-
304x202527e20251057](https://doi.org/10.1590/2596-304x202527e20251057)

« Escuta a Realidade;
« Busca as matas, lá somente
« Gozarás da Liberdade.

(Nísia Floresta Brasileira Augusta, 1849, p. 47-48).

Em 1849, Nísia Floresta Brasileira Augusta – pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto – lançava na capital do Império uma pequena publicação intitulada *A lágrima de um Caeté*, um longo poema com traços épicos, em que narra a trajetória de um Caeté sobrevivente ao etnocídio de seu povo. Apesar da vasta produção da autora ao longo do século XIX e dos trabalhos de leitura, pesquisa, tradução, edição e publicação de seus textos, com destaque para a atuação de Constância Lima Duarte¹ e, mais recentemente, de Nastassja Pugliese², Nísia Floresta – assim como tantas outras mulheres escritoras do século XIX – ainda ocupa um espaço lateral na hegemônica historiografia literária nacional. Mesmo tendo em vista estudos minuciosos que procuram ampliar o escopo indianista para além dos nomes mais consagrados como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar, como é o caso de *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial* (2008), de David Treece, ao considerarmos o Indianismo como corrente literária da produção romântica brasileira são ainda menos presentes, se não inexistentes, as produções de escritoras mulheres.

O poema de Nísia, no entanto, nos aponta para outra direção: não apenas ela abordou a questão indígena em meados do século XIX, período de relevância para a temática nas artes, na literatura e nos ideais de configuração da nação, como, apesar das dificuldades impostas pelo contexto à participação pública de mulheres no universo das letras, esteve profundamente inserida nos debates políticos de sua época, conforme tentaremos mostrar a seguir.

Antes disso, façamos uma breve contextualização. Nísia Floresta (1810-1885) foi uma escritora prolífica com publicações tanto no Brasil quanto na Europa,³ onde viveu os últimos anos de sua vida e onde, entre outras coisas, se relacionou com pensadores influentes, como Auguste Comte, caso que vale ser destacado uma vez que o contato com o positivismo teria marcado tanto sua literatura quanto a recepção crítica de sua obra. Tendo vivido os primeiros anos no Nordeste brasileiro, em 1833 muda-se com o marido e os filhos para Porto Alegre; nesse mesmo ano, fica precocemente viúva, mas permanece na cidade, onde passa a exercer a docência até se instalar no Rio de Janeiro, em 1837. Na

1 Cabe, sem dúvidas, a Constância Lima Duarte grande parte da circulação e do reconhecimento à obra da autora norte rio-grandense. Além de *Nísia Floresta: vida e obra* (1995), em que percorre os principais textos e organiza um trabalho biográfico, Duarte é responsável pela localização, tradução e edição de diversos trabalhos de Nísia publicados no Brasil e no exterior.

2 Reivindicando Nísia Floresta como uma filósofa brasileira do século XIX, sobretudo a partir de *Direitos das mulheres, injustiça dos homens*, apresentado inicialmente como uma tradução livre de Mary Wollstonecraft, Pugliese publicou recentemente *Nísia Floresta (Elements on Women in the History of Philosophy)* (2023). A história da tradução realizada por Nísia e a atribuição errônea ao que seria o texto original é atravessada por uma série de desencontros evidenciados pela pesquisa de Pallares-Burke, em *O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural* (1996).

3 Nísia Floresta publicou textos em português, francês e italiano; parte de seus trabalhos foi inicialmente divulgado em jornais e depois reunido em livro, como é o caso de *Opúsculo humanitário* (1853); outros foram inicialmente publicados em francês, como *Itinéraire d'un voyage en Allemagne* (1857) e *Trois ans en Italie suivis d'un Voyage en Grèce* (1864), e somente depois traduzidos ao português. Vale destacar que *A lágrima de um Caeté* foi traduzida ao italiano por Ettore Marcucci e publicada sob o título de *Le lagrime d'un Caeté* em 1860, ou seja, ainda durante a vida da autora. A produção de Nísia reúne ensaios, cartas, poesia, contos e relatos de viagem.

Corte estabelece o Colégio Augusto, dedicado à educação de meninas com um projeto educacional bastante avançado para a época, contando com disciplinas como “Leitura, Caligrafia, Religião Cristã, Aritmética, História, Geografia, Música, Dança, Piano, Desenho e toda sorte de trabalhos de agulha”, como lemos em registro do *Almanack Administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro* (Laemmert, 1850, p. 244). Embora o projeto pedagógico, como não podia deixar de ser, tenha recebido duras críticas à época, o colégio foi mantido por 17 anos, tendo Nísia Floresta como diretora entre 1838 e 1849, quando, acompanhada dos filhos, parte para a Europa, instalando-se, inicialmente, em Paris. Depois disso, retorna ao Brasil apenas duas vezes, a primeira entre 1852 e 1856 e a segunda entre os anos de 1872 e 1875, mas é essencialmente na Europa que vive os anos de maturidade até sua morte na França, em 1885.

GOIANA, ENTRE FLORESTA E OLINDA

Nascida em 1810, em Papari (RN), atual Nísia Floresta – a cidade foi rebatizada em homenagem póstuma à autora –, Dionísia Gonçalves Pinto, apesar da infância no Rio Grande do Norte, adotou a província vizinha para si, dizendo-se pernambucana. Filha de Antônia Clara Freire e Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, um advogado português de conduta progressista, a autora passa os primeiros anos num sítio chamado Floresta. Devido às tensões políticas que caracterizaram o início daquele século e a crescente lusofobia causada, entre outras razões, pelos privilégios tributários aos portugueses em detrimento dos então brasileiros, sua família muda-se uma primeira vez para Goiana, interior de Pernambuco, em 1817. Reprimida a Revolução de 1817, em 1819, retorna com a família, ao sítio Floresta, de onde haviam saído. Em 1824, mais uma vez ameaçados pelas perseguições, abandonam definitivamente essa morada e voltam a Pernambuco, passando novamente por Goiana antes de se estabelecerem em Olinda.⁴

Ainda que relativamente breves, destaco as passagens de Nísia Floresta por Goiana uma vez que, conforme apontado por Constância Lima Duarte, foram anos que “trouxeram não só mais experiência à Nísia menina, como lhe deram – com certeza – a oportunidade de ouvir as primeiras vozes liberais que a marcariam por toda a vida” (Duarte, 1995, p. 19). Nesse período, Goiana é um centro cultural e político importante de Pernambuco, polo de irradiação de ideais liberais e progressistas, onde não apenas surge uma das primeiras tipografias do país como nos informam os *Anais da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908* (Carvalho, 1908), mas onde já em 1824 publica-se ao menos um texto-manifesto cuja autoria é atribuída a um grupo de mulheres. Trata-se de um manifesto publicado no contexto da Confederação do Equador endereçado às “Queridas Compatriotas Cachoeirenses” da Bahia, exortando-as, na qualidade de “mães”, de “esposas” e de “amantes”, a atuarem sobre o “coração dos homens” de modo a inflamar “seus ânimos no santo amor da Pátria, e da Liberdade” e a “defenderem, e repelirem com as Armas, se tanto for preciso, os ataques da opressão e do despotismo” (Arquivo Nacional, 1924, p. 90). É desse mesmo ano a segunda passagem da família de Nísia por Goiana e,

4 Em *Nísia Floresta: vida e obra* (1995), de Constância Lima Duarte, encontram-se informações mais detalhadas sobre a biografia da autora. Além disso, apesar de voltado à vida de seu irmão (nascido Joaquim Pinto Lisboa, que cedo adota “Brasil” como último nome em detrimento daquele de batismo), podemos ler as memórias da autora, sobretudo dos anos vividos no Nordeste, incluindo suas impressões sobre as perseguições e tensões políticas que afetaram sua família em *Fragmentos de uma obra inédita: notas biográficas*, traduzido por Nathalie Bernardo da Câmara e publicado no Brasil em 2001.

leitora que era, é bastante provável que o tenha acessado. A atmosfera revolucionária que tomava conta da região, a convivência com os liberais, assim como a aparição de textos como este na imprensa, provavelmente foram parte fundamental de sua formação intelectual e serviram como estímulo a sua atuação como escritora.

Além disso, é Goiana a terra natal de ao menos duas figuras importantes na história e na produção literária de Nísia Floresta: Manuel Augusto de Faria Rocha, então futuro marido e pai de seus filhos; e Joaquim Nunes Machado, deputado e, como veremos, herói liberal do poema nísiano. Em 1828, Dionísio, pai de Nísia Floresta, é assassinado e, nesse mesmo ano, ela passa a viver com Manuel Augusto em Olinda onde permanecem até 1832, como nos informa Duarte:

Em novembro de 1832, Manuel Augusto concluiu o bacharelado em Direito naquela que foi a primeira turma da Academia de Olinda. Entre seus colegas estavam alguns nomes que mais tarde se tornariam conhecidos, como Joaquim Nunes Machado, Euzébio de Queiroz e Sérgio T. de Macedo. (Duarte, 1995, p. 25).

Pouco antes disso, em 1831, já residindo em Olinda, Nísia estreia como escritora com publicações no *Espelho das Brasileiras*, jornal pernambucano onde também teria mantido contato com o pensamento liberal e a atmosfera revolucionária do período, sobretudo se levarmos em consideração o alcance de figuras como Padre Lopes Gama, conhecido como *Carapuceiro*, e suas ideias amplamente veiculadas pelos jornais. Sobre a atuação de Nísia no *Espelho das Brasileiras*, é ainda Constância Lima Duarte quem afirma:

Curiosamente, este jornal era impresso na mesma Typographia Fidedigna situada na Rua das Flores, 18, que publicou um dos mais famosos periódicos nordestinos da época: *O Carapuceiro*, de propriedade do Padre Lopes Gama. Através principalmente deste jornal, Lopes Gama tornou-se conhecido pela virulência de sua crítica aos “maus costumes” da sociedade de seu tempo e ainda pelo apoio que dava às ideias liberais e republicanas. [...] E será esta mesma tipografia que imprimirá, no ano seguinte, o primeiro livro de Nísia. (Duarte, 1995, p. 23).

Contando com grande repercussão e prestígio (embora os ataques e a resistência às ideias ali propagadas fossem também intensos), *O Carapuceiro* foi um periódico pautado por balizas da moral cristã e tinha como objetivo declarado promover uma campanha de reforma dos costumes. Como afirma Pallares-Burke, “do ponto de vista ideológico, Lopes Gama ocupava a difícil posição de se apresentar como antiaboliconista e antiescravagista, ao mesmo tempo que anti-republicano e anti-revolucionário” (Pallares-Burke, 1996, p. 135). Esta condição ideológica “difícil” está em perfeita sintonia com a produção mais precoce de Nísia Floresta; cabe observar que, apesar de abordar reiteradamente episódios políticos e atuar incansavelmente pelo direito à educação da mulher na sociedade, Nísia tinha uma formação profundamente cristã e mesmo quando defendia os direitos das mulheres o fazia dentro das limitações vigentes no seu tempo, visando uma melhor performance do papel a que seu “sexo” estaria destinado, isto é, o da boa mãe, boa esposa, boa filha.

Se aos olhos contemporâneos essa postura pode parecer retrógrada e até conservadora, sua atuação como escritora e educadora em meados do século XIX foi, por si só, suficientemente afrontosa e, certamente, responsável por abrir caminhos para a(s) diferente(s) luta(s) enfrentadas pelas mulheres desde então. Afinal, como ressalta Stella Maris Scatena Franco, “fruto de seu tempo – e não à frente

dele –, [Nísia] negociou com as moedas correntes para ampliar a estreita malha social que reservava às mulheres um espaço pequeno para a mobilidade, a autonomia e a projeção na esfera pública” (Franco, 2024, p. 28). Assim também, acreditamos, permeada pela complexidade apontada, está a questão indígena abordada pela autora no poema *A lágrima de um Caeté*, que aqui nos interessa em particular, conforme veremos adiante.

A PRAIEIRA

Após um período conturbado de disputas políticas entre conservadores (os chamados “guabirus”) e liberais (os chamados “praieiros” do Partido Nacional de Pernambuco, uma dissidência do Partido Liberal pernambucano), os praieiros se unem e, em fevereiro de 1849, tentam tomar Recife com o objetivo de depor o novo governador (conservador). Joaquim Nunes Machado, um dos líderes da Insurreição Praieira, é logo atingido e morto pelas tropas imperiais, o que gera a suspensão dos ataques e, em pouco tempo, a supressão da revolução. É no calor dos acontecimentos que Nísia Floresta publica *A lágrima de um Caeté*, longo poema em que Nunes Machado aparece citado nominalmente como herói, de modo que este, provavelmente, foi um dos motivos pelos quais a recepção imediata da obra reduziu o poema a uma publicação sobre a Revolução Praieira. Tido como um texto menor na produção de Nísia Floresta, com prováveis duas edições em 1849, o texto só receberá uma terceira edição em 1938, acompanhado de *Notas* de Adauto da Câmara, que não deixa de registrar seu desgosto pelo trabalho, considerando tratar-se de uma “obra medíocre, muito inferior às que a insígnia [sic] escritora produziria depois” (Adauto *apud* Duarte, 1995, p. 100).

Para Duarte, o fato de o poema abordar a Praieira, “movimento político contrário aos interesses imperiais e aos conservadores em geral (caso em que Adauto e Modesto podem ser incluídos)” (Duarte, 1995, p. 100), contribui para o novo esquecimento a que *A lágrima de um Caeté* é submetido posteriormente. A estas observações acrescentamos a própria temática indígena explorada por Floresta. Embora o indianismo, como manifestação artística em geral e literária em particular, estivesse em seu momento nascente, sabemos que foi uma imagem idealizada do indígena a que preponderou. Como já observado por Constância Lima Duarte em “Revendo o indianismo brasileiro” (1999), diferentemente dos demais textos reconhecidos do indianismo brasileiro, o indígena de Nísia Floresta está profundamente consciente dos acontecimentos históricos e políticos que o atravessam enquanto sujeito.

Data de 2 de fevereiro de 1849 a morte de Nunes Machado. Em 5 de maio do mesmo ano, ou seja, apenas três meses depois, já lemos o seguinte anúncio em diferentes jornais:⁵

Acaba de publicar-se um interessantíssimo poema intitulado – *A lágrima de um Caeté* – escrito de uma das nossas melhores penas, tendo por fim o canto elegíaco do desembargador NUNES MACHADO. É uma das lágrimas que ainda a saudade faz verter depois de muitas choradas. O público ilustrado bem avaliará o seu merecimento. Vende-se só e unicamente na tipografia do Sr. L. A. F. de Menezes, rua de S. José, n. 45. Preço 500. (*Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1849).

É fundamental que se observe na divulgação inicial da publicação o duplo apagamento: tanto da autoria – feminina, destaquemos –, quanto da temática indígena. Em todo caso, é a própria Praieira

5 As citações de periódicos tiveram a grafia atualizada. O acesso ao material de arquivo citado ao longo deste trabalho se deu a partir de consultas à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

e a convulsão política da qual ela é parte e reflexo que nos aponta para possíveis chaves de leitura do poema nisiano. Aliás, a convivência da autora com os ideais liberais desde muito cedo, associada às experiências vividas em momentos e situações nacionalmente relevantes de inflamação social e política durante o Período Regencial e o Segundo Reinado – além da Praieira, vale registrar que Nísia viveu em Porto Alegre durante a Revolução Farroupilha –, parecem ter marcado a vida e a obra da escritora, que não deixa de se referir a tais episódios em suas publicações.⁶

Após o chamado “quinquênio liberal”, que durou de 1844 a 1848, período em que o Partido Liberal esteve no poder em Pernambuco, os conservadores assumem o governo. Conforme estudo de Amaro Quintas, em “O sentido social da Revolução Praieira”, a transição entre os partidos, somada à insatisfação de grande parte da população e de lideranças políticas locais bem como ao espírito republicano que vinha ganhando cada vez mais adeptos, sobretudo entre as elites intelectuais do país estimuladas por ideias revolucionárias vindas principalmente da França, leva à deflagração da insurreição cujo ápice se dá entre o final de 1848 e o início de 1849.

Tida como uma revolução com intensa adesão popular,⁷ a Praieira teve grande repercussão no contexto do Império. Os praieiros, assim chamados por costumeiramente se reunirem na sede d’*O Diário Novo* à Rua da Praia, em Recife, tinham uma série de reivindicações, dentre as quais podemos destacar como principal bandeira a “nacionalização do comércio a retalho”, uma vez que este era reservado aos portugueses. A luta por um “Brasil para os brasileiros” então se fortalecia na reivindicação do aspecto nativista e na expressão da lusofobia como dois lados de uma mesma moeda que se espalhava pelo território nacional e inflamava ainda mais os insatisfeitos.

Nesse cenário, interessa-nos, em especial, a figura de Nunes Machado, que, nessa época, líder da “barulhenta bancada praieira na Corte defendia ativamente seus interesses locais” (Carvalho, 2003, p. 211). Ressalte-se que, além de figura pública na capital do Império, Nunes Machado foi colega

6 Além da evidente afinidade com preceitos do pensamento liberal de sua época e da abordagem da Insurreição Praieira explícita em *A lágrima de um Caeté* (1849), destaca-se também a publicação de *Fany ou o Modelo das Donzelas* (1847), texto em que o modelo de educação para seu “sexo” (como dizia a escritora) surge como objetivo central da publicação explicitamente didática. A história é ambientada em Porto Alegre durante o período da Revolução Farroupilha (1835-1845) e assim como se deu com *A lágrima de um Caeté*, inicialmente recebida como um poema “sobre a Praieira”, também *Fany ou o Modelo das Donzelas* foi lido como uma “crônica da Revolução Farroupilha”. Constância Lima Duarte recupera as principais leituras feitas nesse sentido em *Nísia Floresta: vida e obra*, 1995, p. 233-235. Vale destacar, ainda, a relevância que episódios de revoltas políticas (como a 1817, a Confederação do Equador, os levantes de 1831, a Farroupilha e a própria Praieira) recebem em textos da autora como não só em *Fragments de uma obra inédita: notas biográficas*, mas também o longo romance *Dedicação d’uma amiga* publicado em dois tomos em 1850. Neste último, aliás, a presença indígena é notória e fundamental à caracterização das personagens protagonistas.

7 Chamando a atenção para a estrutura escravista da sociedade naquele período, leituras mais recentes têm questionado o aspecto “popular” da Praieira na medida em que a política naquele período era dominada pelos interesses das elites, fossem liberais ou conservadoras. Marcus J. M. de Carvalho, em “Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849” (2003), aponta para a complexidade das relações que levaram diferentes agentes da política a agir em comum naquele momento e observa que a adesão das camadas subalternas se deu de diferentes formas, ora como obediência ao patronato imediato, ora em defesa de seus próprios interesses. Desse modo é evidente que não apenas surgiram lideranças entre essas pessoas, como também é importante observar que não se tratou de um grupo homogêneo. Em todo caso, trata-se de fato de uma manifestação com grande adesão, sendo uma das mais “sangrentas” entre as disputas liberais do período, conforme afirma Amaro Quintas, em “O sentido social da Revolução Praieira”, ensaio que se inicia com a seguinte dedicatória: “À memória do pernambucano Joaquim Nunes Machado, trucidado no Recife, no dia 2 de fevereiro de 1849, em defesa da democracia./ À memória do pernambucano Demócrito de Souza Filho, trucidado no Recife, no dia 3 de março de 1945, em defesa da democracia.” (Quintas, 2015, grifos do autor)

de formação de Manuel Augusto, marido de Nísia Floresta. Pouco antes de sua morte, diante das polêmicas que circularam nos jornais em torno de seu nome, Joaquim Nunes Machado publica, em 11 de dezembro de 1848, a seguinte nota:

Tendo-se espalhado de ontem pra cá, depois da minha chegada, a mais infame notícia, ofensiva da lealdade de meu caráter, como a de que me *acho inteiramente mudado de meus princípios e adiro à causa saquarema* que por tanto tempo tenho combatido, julgo de meu rigoroso dever declarar perante os meus comprovincianos que estou cada vez mais firme em minhas opiniões; e visto como a malvadeza do presidente da província o sr. Herculano Ferreira Penna tem feito derramar sem nenhum motivo legítimo o sangue de meus patrícios, e se dispõe a levar minha cara pátria a ferro, e fogo, estou resolvido a correr todas as vicissitudes a que por ventura possa ser levada esta bela Província, e nem duvido oferecer minha vida, se tanto for preciso, para salvar Pernambuco das desgraças que lhe estão propínquas. – Recife 18 de novembro de 1848 – Joaquim Nunes Machado. (*O Grito Nacional*, n. 18, 1848).

No que se refere a Nunes Machado, sua atuação como deputado na Corte associada a tal declaração e à morte brutal amplamente comentada nas páginas dos jornais provavelmente contribuíram para a construção do mártir que conhecemos através do poema de Nísia Floresta. São constantes as referências ao deputado na imprensa; no periódico de cunho abolicionista *O Grito Nacional*, então publicado no Rio de Janeiro, por exemplo, ao longo do ano de 1848, vários números são apresentados com uma espécie de cabeçalho composto por três citações sistematicamente repetidas, dentre as quais, a do pernambucano: “Acabe S. Ex. com a alta influência política que exerce no país essa raça de estrangeiros, acabe com o tráfico da escravatura, e o Brasil, repito, será salvo nesse dia! (*apoiados*). (*Do disc. do Sr. dep. Nunes Machado*).”⁸

É interessante observar a postura abolicionista de Nunes Machado a essa altura, sobretudo na medida em que Nísia Floresta é diretamente influenciada pelas ideias do grupo de que ele fez parte e, no entanto, no que diz respeito à condenação do sistema escravocrata, o que temos ainda não é uma postura convicta por parte da autora, ao menos não nesse momento. Pelo contrário, o que sua obra revela é que o sentimento de repúdio ao sistema escravocrata vai crescendo conforme a autora alcança a maturidade, sendo *A lágrima de um Caeté* uma exceção nesse sentido.⁹ Entre outras coisas, como veremos, o poema aborda explicitamente a exploração e o tráfico de pessoas escravizadas como um “crime atroz” cometido pelos portugueses.

8 Conforme pudemos verificar, tais palavras são repetidas nas publicações d’*O Grito Nacional*, no Rio de Janeiro, ao menos entre agosto e dezembro de 1848 (30/08, 12/09, 24/09, 28/10, 03/11, 08/11, 29/11 e 28/12) acompanhadas de outras duas: “Os fementidos peitos desses traficantes estão abrilhantados com ornamentos da coroa (*apoiados*). (*Do disc. do Sr. dep. França Leite*).” e “Senhores, sejamos francos: o comércio de escravatura faz-se entre nós de uma maneira patente, escandalosa (*apoiados*), à face das autoridades, algumas das quais talvez se não possam livrar da pecha de coniventes (*apoiados*). (*Do disc. do Sr. Dep. Moura Magalhães*).”

9 É verdade que Nísia aborda a escravidão em seu texto “Páginas de uma vida obscura” publicado em folhetim entre março e julho de 1855, em *O Brasil Ilustrado*. Nesse texto, no entanto, o que salta aos olhos não é propriamente defesa do fim da escravidão, mas a reivindicação por um tratamento “mais humano” (e, portanto, mais cristão) por parte dos senhores proprietários de escravizados. Mesmo em *Opúsculo humanitário*, reunião de artigos publicada em livro em 1853, onde a crítica ao sistema é mais explícita, ainda vemos posicionamento semelhante. Apenas mais tarde, já morando na Europa, em *Três anos na Itália, seguidos de uma viagem à Grécia* (publicado inicialmente em francês, em 1864), é que vamos encontrar uma postura mais contundente da autora contra a escravização.

ALÁGRIMA DE UM CAETÉ

Publicado sob o pseudônimo de Telesila (numa referência à poeta grega que além de ter se dedicado às artes, em especial à música, à educação musical de meninas e à formação de corais de vozes femininas, teria também liderado uma batalha vitoriosa contra a tentativa de invasão de sua cidade, Argos, por guerreiros de Esparta), o poema conta a história de um infeliz Caeté, o último sobrevivente de seu povo, que vaga solitário sobre um palco de passado-presente pernambucano, abordando aspectos da história da Colônia e do Império, até se encontrar com liberais da Revolução Praieira que tinham como um de seus líderes Nunes Machado. Seduzido pelo sentimento de revolta e desejando vingança, além de evidentemente afetado pela lusofobia, o Caeté, brasileiro legítimo, teria visto nos praieiros uma oportunidade de aliança contra os portugueses, apontados como responsáveis pelo genocídio dos seus e figurados como déspotas, usurpadores e tiranos.

Não era um homem destes o que lá
Solitário vagava meditando,
Como aquele, que busca uma lembrança,
Uma ideia chamar, que lhe recorde
Um fato anterior da vida sua,
Vivamente um lugar, que já foi seu.
Do qual o Despotismo o despojara... (Telesila, 1849, p. 8).¹⁰

O nativo, ao vagar pelo lugar “que já foi seu”, é apresentado em toda a sua solidão e desilusão, remetendo-se a um passado de destruição responsável por sua condição atual. Apenas na memória permanece a plenitude de uma vida de liberdade. Aqui vale observar que, ainda que o caráter “popular” do movimento praieiro possa ser questionado, a ampla adesão ao grupo e a valorização dos elementos que seriam propriamente brasileiros acentuou o caráter “nativista” que passa a ser reivindicado em oposição aos colonizadores. Referindo-se à Praieira, Carvalho observa que:

Ao amalgamar brancos, negros e mestiços livres nascidos no Brasil num bloco só, em oposição aos portugueses, o nativismo encobria diferenças mais profundas de raça, classe e condição legal. Isso sem falar no abismo cultural que separava os negros livres e libertos nascidos no Brasil, dos brancos das camadas dominantes. O discurso nativista dissolvia identidades profundamente enraizadas, colando os desiguais em face da utopia do Estado-nação provedor de direitos. (Carvalho, 2003, p. 229).

É bastante possível, e até provável, que Nísia tenha recorrido à figura do nativo a partir desses pressupostos reivindicados pela liderança do movimento. No entanto, o modo como constrói sua personagem, associado ao apagamento de seu texto pela recepção crítica no que hoje conhecemos como o indianismo na literatura nacional e à sua constante defesa pelos direitos das mulheres, sugere que a preocupação registrada em sua obra no que diz respeito àqueles que considera oprimidos – a mulher, o indígena ou o escravizado – adianta problematizações fundamentais nos dias de hoje. Quanto

¹⁰ Todas as citações diretas do poema são feitas a partir da primeira edição, de 1849, impressa pela Typographia de L. A. F. de Menezes. Questões ortográficas foram atualizadas para melhor compreensão, no entanto, a pontuação foi mantida tal como apresentada na publicação.

à temática indígena, por exemplo, podemos mencionar a espoliação de corpos e territórios dos povos nativos, o uso de estruturas de poder para sua expulsão, controle ou assimilação, bem como possíveis alianças com o “branco”, aspectos que se não se concretizam no poema, ao menos atualizam a existência indígena na sociedade retirando-a de um passado remoto e caricato.

Voltemos ao poema: após o tom lamentoso da elaboração inicial, somos imediatamente apresentados ao ímpeto furioso que condena a empresa colonial em sua ambição insaciável e cruel intensificada pela oposição aos modos de vida do indígena:

Era um homem sem máscara, enriquecido
 Não do ouro roubado aos iguais seus,
 Nem de míseros africanos d’além mar,
 As plagas Brasileiras arrastados
 Por sedenta ambição, por crime atroz!
 [...]
 Era da natureza o filho altivo,
 Tão simples como ela, nela achando
 Toda a sua riqueza, o seu bem todo...
 O bravo, o destemido, o grão selvagem,
 O Brasileiro era... – Era um Caeté! (Telesila, 1849, p. 9).

Já nas primeiras páginas temos a identificação entre Caeté e brasilidade legítima, equivalência que se mantém ao longo do poema. A revolta contra a tomada de terras e riquezas dos seus evidencia uma característica ainda hoje pungente para a resistência dos povos indígenas: a disputa territorial. Como observa Manuela Carneiro da Cunha, o século XIX foi um período particularmente heterogêneo, sobretudo no que diz respeito aos três regimes políticos (Colônia, Império e República Velha), no qual “[...] pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras” (Cunha, 2012, p. 61). Nísia Floresta, atenta ao cenário de convulsão política, consegue expressar o drama pelo território associado à figura do indígena. Também a lusofobia, causadora de muitas revoltas e rebeliões separatistas no século XIX, aparece como característica própria à legitimidade brasileira e, portanto, ao Caeté sobrevivente. Esse cenário é importante, sobretudo na medida em que a relação com a Praieira não apenas é fundamental para o percurso do herói, mas também determinante para a recepção imediata da publicação.

As virtudes de “filho altivo”, “bravo” e “destemido” são apresentadas como traços próprios ao “brasileiro” natural desta terra e, portanto, “dono” legítimo de suas riquezas. Evidentemente a noção de propriedade, sabemos, não se aplica à relação estabelecida entre os povos originários e seu território; no entanto, considerando o contexto de elaboração e publicação do texto, o que o poema de Nísia parece condenar é precisamente a propriedade do território que antes “pertencia” aos indígenas e que agora seriam por “direito” dos brasileiros e, portanto, não dos portugueses. Quanto à caracterização do “fero Luso ambicioso”, lemos já nas primeiras páginas do poema:

Ferros nos trouxe,
Fogo, trovões,
E de cristãos
Os corações...
E sobre nós
Tudo lançou!
De nossa terra
Nos despojou!

Tudo roubou-nos,
Esse tirano,
Que povo diz-se
Livre e humano!
Filho se diz
De Deus Potente,
De quem profana
A obra ingente! (Telesila, 1849, p. 10-11).

O poema então acompanha o vagar do infeliz e vingativo Caeté pontuando aspectos da colonização tais como a prática condenável do tráfico e escravização de pessoas de África (“Nem de míseros africanos d’além mar, / As plagas Brasileiras arrastados/ Por sedenta ambição, por crime atroz!”), a aliança entre outros povos indígenas e os colonizadores (“Maldito, ó maldito sejas/ Renegado tapeirá!.../ [...] Tabajaras miserandos! raça escrava!/ Que a voz incautos desse chefe ouviste”), disputas contra outras forças coloniais (“nas mãos do Batavo seu poder caiu”), as pressões sofridas pelo Imperador (“se ambiciosa não foras/ Terras d’África conquistar,/ Teu jovem rei não verias/ Sem dinastia acabar”), até chegar à Praieira e à morte de Nunes Machado:

Eis voa das margens tristes
Do Beberibe a Saudade,
Acompanhando o Caheté
Ao bairro da Soledade...
Ali vê no chão prostrado
O Herói NUNES MACHADO!! (Telesila, 1849, p. 24).

Em seu percurso temos constantemente a identificação dos bravos brasileiros como descendentes dos Caetés; esses como guerreiros capazes de libertar “a terra nossa”; a presença de um Deus que, embora herança da invasão, sendo realmente justo, condenaria o português colonizador que torna a pátria nascente “cativa”; o desterro ou a morte como destinos prováveis daqueles que se insurgem contra o poder vigente e, finalmente, o malogro da Revolução Praieira. Tudo isso de modo a contextualizar a condição dramática e urgente do indígena bem como sua consciência frente aos desdobramentos históricos que o levaram a tais circunstâncias.

Com um recurso bastante próprio ao romantismo, diante de mais essa derrota, confrontado por figuras antropomórficas tais como o Despotismo (“esse monstro qu’ali vês/das fúrias todo cercado”), a Realidade (“mulher de vulto descarnado”) e a Liberdade (“a mais bela virgem num trono de rosas”), o Caeté é levado a enfrentar um novo dilema: abraçar, apesar de tudo, a causa dos revoltosos e permanecer em luta ou se afastar da cidade refugiando-se na mata como estratégia de sobrevivência. Enquanto o Despotismo é apresentado como um “monstro” cercado por “fúrias” que se movimenta, para o desespero do Caeté, em direção à belíssima “Virgem formosa” que logo descobre ser a Liberdade, surge a horrenda e “inexorável” Realidade:

– «Uma tal visão d’inferno não sou:

«Sou cá deste mundo a Realidade.

«Volta às selvas tuas, vai lá procurar

«Alguns desses bens, qu’aqui te hão tirado:

«Não creias, ó mísero jamais encontrar

«A paz, a ventura que aqui tens gozado.

« Este grande povo, que o nome tomou

«De um pau simulando brasas a cor,

«Nascido na terra, que Deus te outorgou,

«De seu bem só cura, não de sua dor.

«Em campo ei-lo agora co’as armas na mão!

«Mas seja um partido, ou outro que vença

«A tua ventura não creias farão!

«São outros seus planos, outra sua crença...” (Telesila, 1849, p. 33).

Diante da correlação de forças que se apresenta, a Realidade pondera e aconselha o herói a se recolher às matas, ressaltando que, independente do partido que vença a disputa política, ao nativo nada será reservado. Quanto a esse “grande povo” usurpador que agora tem “as armas na mão”, não é senão uma referência às tropas imperiais enviadas para conter os praieiros quando do estouro da insurreição. Ainda sob os efeitos do encantamento com a imagem da bela Liberdade e contrariado pela sugestão de partida, o Caeté questiona se tanta beleza seria, então, fruto de ilusão (“Aclara a mente minha... ilusão é/ O que ali veem meus olhos?”). A Realidade, por sua vez, trata de fazê-lo observar as fúrias rondando o Despotismo que daquela se aproxima ameaçadoramente para, mais uma vez, alertá-lo sobre o cenário que se impõe:

«Esse monstro que ali vês

«Das fúrias todo cercado,

«É o feroz Despotismo

«Inimigo seu votado.

[...]

«Ele, que cruel se apraz
«Perseguir os filhos seus,
«Mil suplícios inventando
«Sem lembrar-se qu'há um Deus...

«Deus, que uma raça não fez
«Para sobre as outras ter
«Revoltante primasia,
«Ilimitado poder! (Telesila, 1849, p. 37).

O Despotismo, característica atribuída àqueles então no poder, revela-se um perigo intransponível para o indígena que inicialmente quer permanecer na cidade. A solidão em que finalmente se encontra dada a extinção de seu povo seguida, agora, pela morte daquele que é apresentado como seu derradeiro aliado, tornaria absolutamente vã qualquer tentativa de combate e permanência. Cabe a ele, aconselhado pela Realidade e zelando pela sua sobrevivência, buscar refúgio na natureza:

E súbito o Caheté foi-se saudosos!
.....
Nas margens do Goiana agora expande
Sua dor!... (Telesila, 1849, p. 38).

O poema de Nísia, protagonizado pelo Caeté, inicia e termina às margens de rios. Do Beberibe ao Goiana, acompanhamos o vagar do indígena que revisita os grandes acontecimentos históricos da região e os movimentos insurrecionais que prenunciam a queda do Império (“Do Amazonas ao Prata/ O povo está bradando: / – Sacia-te monstro atroz, / Teu império está finando!”). O Goiana, aqui, indica o distanciamento a que o Caeté se submete; indica, ainda, a identificação do indígena com as águas como elemento próprio à natureza e, portanto, associado ao modo de vida do “silvícola” – vale lembrar que esta era a nomenclatura utilizada para se referir aos povos nativos e que é dessa época, mais especificamente de 1845, o que se considera a primeira regulamentação jurídica comum a todo o território brasileiro a tratar da questão indígena, o chamado Regulamento das Missões. Observe-se, porém, que o Caeté não se retira para “a mata” como destino genérico, ele vai para Goiana: local privilegiado no que diz respeito às discussões em defesa dos princípios liberais, centro importante da imprensa ainda incipiente do século XIX, região de nascimento de Nunes Machado e cidade onde, como já dito, Nísia Floresta viveu durante um período de intensa agitação política.

AVANT-PROPOS

Conforme já mencionado, *A lágrima de um Caeté* é precedida por um *avant-propos*. As palavras que abrem o texto são as seguintes:

O infeliz Caheté, apesar de ter chegado a esta corte no mês de Fevereiro logo depois da revolta dos *Rebeldes* em Pernambuco, é somente agora que lhe permitiram aparecer, e isto depois de o terem feito passar por mil torturas inquisitoriais!...Graças à benfazeja mão que o fez renascer, qual Fênix, das cinzas a que o haviam ou queriam reduzir! (Telesila, 1849, p. 5).

A partir desta introdução, Constância Lima Duarte sugere que o tom misterioso do aviso indicaria provável censura aplicada ao texto. Lemos em nota de rodapé, na edição atualizada com notas e estudo crítico da pesquisadora, publicada pela Fundação José Augusto, Natal, em 1997:

Este lacônico *avant-propos* tenta explicar, ainda que metaforicamente, as dificuldades de impressão que o poema sofreu. A Revolução Praieira foi debelada em março de 1849 e, ao que tudo indica, a autora teria escrito o poema imediatamente, no calor da emoção e dos acontecimentos. (Duarte, 1997, p. 35).

E, em outra parte, temos as seguintes considerações:

Além de violentas críticas aos portugueses, identificados sempre com os opressores, o texto exalta os movimentos revolucionários que surgiram durante o Império incitando a novas rebeliões, o que por si só já “justificaria” a censura.

E, à medida que se lê o poema de Nísia Floresta, mais evidentes se tornam algumas lacunas que se interpõem ou entre uma estrofe e outra, ou entre versos da mesma estrofe. Estas lacunas, representadas por linhas pontilhadas e em número de oito, longe de constituírem recurso estilístico da época, parece que nos indicam a ausência de verso(s) e, quem sabe, até mesmo de estrofe(s). Se não chegam a comprometer a compreensão do texto como um todo, em vários momentos estas linhas deixam em suspenso uma ideia ou fala, cuja continuidade não encontramos. O mistério permanece na “benfazeja mão que o fez renascer”. Cabe a pergunta: quem terá sido o responsável por sua liberação e impressão? Provavelmente não o saberemos nunca, a não ser que foi poderoso o bastante para fazer este poema ressurgir “das cinzas a que o haviam ou queriam reduzir”. (Duarte, 1997, p. 11).

De fato a rejeição aos portugueses explicitamente presente no poema, a convulsão política do momento, as possíveis lacunas indicadas pelos pontilhados e a “mão benfazeja que o fez renascer” conduzem à crença de uma possível censura, leitura que compartilhamos até a condução da presente pesquisa. No entanto, foi na tentativa de recuperar a recepção crítica mais imediata à publicação do poema de Nísia na imprensa da época que cheguei à forma Caheté, com “h”, ora publicado com acento agudo, ora com acento grave, ora sem acentuação gráfica.

Tendo em vista a grafia utilizada na primeira edição, a busca por “Caheté” revelou a ocorrência de uma série de textos publicados n’*O Diário Novo*, periódico pernambucano, ao longo do ano de 1843 acusando o governo de “despotismo”, clamando por “justiça” e “liberdade” – termos que, como vimos, são recorrentes na construção do poema nisiano – reivindicando a legitimidade de um posicionamento político de oposição aos que ocupavam os cargos de poder. Como já mencionado, situada à Rua da Praia, a sede deste jornal era o local de encontro dos liberais que ficaram conhecidos como os “praieiros” de modo que, também adotando uma postura liberal, o que chama a atenção nesses escritos é o fato de serem assinados por um certo “Cahete”.

O levantamento desse material, com publicações que remetiam com frequência a textos prévios, revelou um debate maior no cenário político pernambucano do século XIX, no qual o termo “Cahete” foi bastante presente, contando inclusive com ao menos um jornal liberal de Olinda que, apesar da breve existência com provavelmente apenas dois números lançados, parece ter alimentado discussões por longo período. No que diz respeito ao periódico com esse nome, as informações são raras e relativamente confusas: no volume IV da *História da Imprensa de Pernambuco* (1821-1954), de Luiz do Nascimento, lemos o seguinte verbete:

O CAHETÉ – circularam, pelo menos, o 1º e 2º números, em fins de 1823 ou princípio de 1824. Muito depois, fizeram-lhe referências as edições do diário **O Cruzeiro**, de 27 de outubro de 1829 e 14 de abril de 1830, segundo as quais era redigido pelo padre Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, que destilava excessivo nativismo, combatendo os portugueses, “esses monstros” que viviam “espalhados pelo imenso Brasil”.

Não restam comprovantes d’**O Caheté**, nem tampouco os encontrou Alfredo de Carvalho, o historiador dos “Anais da Imprensa Periódica Pernambucana”, cuja pesquisa se estendeu até 1907, não 1908, como está na capa do livro. (Nascimento, 1969, p. 61, grifos do original).

Já no volume XIII da mesma *História da Imprensa de Pernambuco*, há menção a um *O Caheté – Jornal Político e Literário* que teria “surgido em 04 de janeiro de 1832, sem restar comprovante” e cujo lema teria sido o seguinte: “Acabou-se o tempo em que a força física sustentava os Impérios; Hoje não são os homens, são os princípios, os interesses, as ideias que conspiram e formam um poder, que não morre, nem sobre o cadáver nem debaixo do canhão (C.H. Lucas)” (Nascimento, 2002, p. 231).

De fato não foi possível encontrar, ao menos até o momento, material remanescente dessas publicações para além de referências posteriores nas páginas da imprensa. Em todo caso, como se pode ler acima, elas remontam ao final de 1823 ou início de 1824, intervalo relativamente grande se temos a publicação de *A lágrima de um Caeté*, de 1849, como ponto de referência. Há, ainda, de se acrescentar que muito provavelmente a atribuição de autoria feita a Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama deve-se a especulações veiculadas à época pela imprensa. Além disso, data de 1832 o lançamento do periódico *O Carapuceiro*, cuja publicação se estende até 1847 e tem grande alcance entre a camada letrada da população, tornando Lopes Gama uma figura de destaque e de grande influência na defesa dos valores morais que preconizava, de modo que nos parece pouco provável que, já sendo pública e notória a atuação do “Padre Carapuceiro”, como ficou conhecido, recorresse a um pseudônimo para publicação de textos polêmicos em 1843. Não é de se desprezar, no entanto, a afinidade entre as ideias veiculadas por ele e aquelas expressas pela autora em sua obra. Como já observado por Duarte: “São muitos os pontos em comum entre Nísia Floresta e o Padre Carapuceiro que podemos apontar. A defesa de mais direitos para a mulher, de um tratamento mais humano para os escravos, do federalismo e da república, são apenas alguns deles” (Duarte, 1995, p. 23).

Pois bem, por enquanto, é de 1831¹¹ o primeiro texto que encontrei assinado pelo Caheté que logo parece se recolher ao silêncio voltando às páginas dos jornais apenas na década seguinte. Ressalte-se, ainda, que neste mesmo ano é publicado o primeiro livro de Nísia, anunciado como “tradução livre” de *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, e que, como dito anteriormente, sai pela Tipografia Fidedigna, a mesma que editava *O Carapuceiro*.¹² São, afinal, os textos assinados pelo tal “Caheté” – pelo menos quatro publicações no ano de 1843, data muito mais próxima do texto de Nísia, denunciando o caráter despótico do governo e reivindicando justiça – que aqui nos parecem mais relevantes na

11 Vale destacar que esta primeira ocorrência encontrada, diferentemente das outras fiéis às páginas d’*O Diário Novo*, é veiculada pelo *Diário de Pernambuco* em 16 de novembro de 1831.

12 Sobre as práticas de “tradução cultural” e as relações entre o pensamento de Nísia Floresta, a partir da publicação de *Direitos das mulheres, injustiças dos homens*, e aquele de Lopes Gama, a partir de *O Carapuceiro*, ver Nísia Floresta, *O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural* (1996), de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke.

medida em que certamente contribuíram para inflamar o povo à adesão ao movimento que mais tarde viria a se configurar como a Praieira¹³.

Estes, contra os conservadores no poder, são escritos em tom de denúncia e repúdio ao então presidente de Pernambuco e seus aliados no governo, acusando-os de perseguições políticas, prisões infundadas e tentativas de censura à imprensa, além de clamar àqueles da oposição que se organizem contra o “despotismo” vigente, como podemos ler, a título de exemplo, neste trecho datado de 04 de abril de 1843:

[...] o governo, a vista das provas apresentadas, influi nela, o governo quer calar a imprensa, para não continuarem a ser publicados seus atos escandalosos e que marcham em ordem a precipitar o país e por consequência os homens da oposição devem tomá-la a peito. Saiamos desse torpor, em que parece que nos tem sepultado a desmoralização e um receio infundado de sermos perseguidos, alcemos nossas vozes e sejam elas uníssonas para despertar o ministério que ainda nos não acudiu, removendo, demitindo o pior presidente que nossas plagas têm visto.

Pernambucanos, eis aqui o despotismo alçando o colo impávido e desassombrado: sem respeito aos manes dos nossos antepassados, desses heróis que tanto abrilhantaram nossa história, sem temor das leis, sem se lhe dar da constituição, dessa arca santa, a que nos devemos apegar, como a um baluarte de salvação, enfim sem a menor consideração à pessoa Augusta do próprio Monarca, cujo nome invoca somente quando lhe faz conta e para acobertar os seus nefandos atentados, ele não se contenta em reduzir a população à miséria por meio dos assassinatos e dos mais horrorosos delitos, quer impor-nos silêncio, quer fechar nossas bocas e que sofram calados o jugo do ferro!! (*O Diário Novo*, 4 de abril de 1843).

Relatando os acontecimentos locais, mencionando nominalmente figuras públicas e clamando por manifestações coletivas, o *Caheté* causa uma série de polêmicas que reverberaram em discussões e periódicos outros tornando-se uma espécie de porta-voz de reivindicações liberais. Não é possível afirmar, pelo menos até o momento, que por trás do “*Caheté*” que dá nome ao periódico da década de 1820 e daquele que assina os textos quase vinte anos mais tarde esteja a mesma pessoa. O que podemos afirmar é que, diante dos textos mencionados, o termo “*Caheté*” se faz presente como uma espécie de epíteto comum compartilhado por defensores públicos das causas liberais, sobretudo entre os aliados da Praieira.

Tendo em vista a proximidade de Nísia Floresta com expoentes deste movimento, a escolha do *Caeté* em detrimento de tantos outros povos indígenas como protagonista de seu poema ganha novos contornos. Assim, ao identificar os guerreiros, seus contemporâneos, como descendentes dos *Caetés*, parece-nos que a autora não apenas evoca o povo originário historicamente reconhecido por devorar o Bispo Sardinha já no início do processo colonial e, portanto, símbolo de resistência à invasão, mas os associa também aos *Cahetés* de então, isto é, àqueles cuja atuação pública em defesa das pautas liberais e, portanto, como não poderia deixar de ser naquele momento, genuinamente brasileiras, é incansável.

13 Ariel Feldman aborda a atuação da imprensa e, em especial, do Padre Lopes Gama, ao longo dos anos que precedem a eclosão da Praieira no sentido de mobilizar as camadas populares, inclusive a massa não letrada em “Imprensa política e apoio às vésperas da Praieira: Lopes Gama e os embates jornalísticos entre 1845-1846” (2015).

CENSURA

Além disso, há de se registrar que, embora não se possa afirmar tratar-se de recurso estilístico, a pontuação em geral não costuma ser exatamente padronizada nas publicações do século XIX. São inclusive bastante comuns os lapsos ortográficos e editoriais, certamente devidos às condições de edição e impressão da época. Em todo caso, parece-nos relevante apontar que no já mencionado periódico *O Grito Nacional*, no número 36, de 24 de fevereiro de 1849, encontramos um “*Canto Elegíaco a mui sentida morte do Ilustre Patriota Joaquim Nunes Machado*”, poema de autoria anônima e que, no entanto, apresenta essas mesmas características formais. Vejamos as duas últimas estrofes:

E vós, torpes, malvados,
Que sois do Brasileiro nome *indinos* (sic),
Que vos regozijais,
Co’a fraticida guerra, que ateastes;
Vós, *verdugos, infames, assassinos*
Do CAMPEÃO da Augusta Liberdade,
Tremei!!!... Que, se da Pátria do duro solo
Por negros boqueirões vos não *devora*,
É porque há um Deus, Temível, Justo,
Que vos aguarda p’ra maior castigo!
.... Nunca o Mártir deixou de ser vingado!

Tremei, tremei *perversos*! ...
Um dia raiará (tarde não seja),
Em que haveis de correr, *amedrontados*,
Sem asilo encontrar, *que vos acolha*! ...
.....
Esse o dia será da – LIBERDADE – ,
E também há de ser o da – VINGANÇA – !!!...

.....
.....
Por ***.

(*O Grito Nacional*, n. 36, 24 de fevereiro de 1849).

Ideais também preconizados pelo Caeté nisiano, “liberdade” e “vingança”, destacam-se nos últimos versos deste poema de autoria anônima dedicado a Nunes Machado. Entre 14 de outubro e 11 de dezembro de 1848, *O Grito Nacional* é impresso pela Tipografia L. A. F. de Menezes, a mesma onde se imprimiu, poucos meses depois, *A lágrima de um Caeté*. Não temos, ao menos por enquanto, maiores informações sobre o processo editorial do poema e é possível que, como afirmou Duarte, nunca saibamos de fato. No entanto, talvez “a mão benfazeja que o fez renascer” mencionada no *avant-propos* do poema refira-se justamente à possibilidade de impressão na tipografia onde se produzia o

jornal que até então tinha como uma de suas bandeiras justamente o trecho do discurso abolicionista proferido pelo deputado.

Voltemos, finalmente, ao poema. Um dos argumentos para justificar a leitura que pressupõe lacunas de censura sobre *A lágrima de um Caeté* é o uso desses “pontilhados”, que não seriam um recurso estilístico da época e que chegariam quase a comprometer a compreensão ou, no mínimo, deixariam “em suspenso uma ideia ou fala”. Paralelamente a isso, há de se observar o uso de reticências presente em quase todos os textos assinados pelo Caeté em 1843 e excessivamente utilizadas no poema de Nísia, ora como as conhecemos, ou seja, uma sequência de três pontos (...), ora dois pontos apenas (..), ora, ainda, associadas a outra pontuação como exclamação seguida de pontos (!.. ou !...). Acreditamos, no entanto, que mais que evidência de censura, os pontilhados entre os versos tenham sido de fato um recurso de suspensão voltado à produção de efeitos de leitura coerentes com o ritmo e às tensões elaboradas pelo poema de Floresta.

Quanto à estrutura, vale ressaltar que, embora ao longo dos 712 versos não se tenha uma métrica pré-definida, com variações constantes entre as estrofes, encontramos divisões bastante evidentes que parecem propor distinções entre vozes, cenas e perspectivas. Somado a isso, é possível, nos parece, ler as interrupções causadas pelo recurso gráfico do pontilhado como cortes que intensificam a irrupção dos eventos históricos pernambucanos dos quais o Caeté se ressentia. Vejamos as passagens:

Não vês, ó Luso povo, em teu sofrer
Do Onipotente o dedo, que te aponta
O mal, que sobre nós lançado tens,
Há mais de séculos três? oh, dor pungente!
Oh! lembrança fatal de males tantos!

.....

Onde as choças estão, simples asilo,
Santuário feliz de nosso amor?
Onde as frondosas árvores, cujos ramos
Fagueiros balouçavam-se inclinados
Sobre as águas dos nossos prediletos
Melancólico-amoroso Beberibe,
Capibaribe undoso, que abraçando
Se vão em sua foz, já não sorrindo,
Como outrora faziam, mas do pranto
Engrossado dos filhos seus extintos,
Gemendo confundir-se nos bramidos
Do terrível-majestoso Atlântico?!... (Telesila, 1849, p. 15-16).

Mais que uma possível supressão por censura, o uso do pontilhado aqui parece indicar uma mudança de foco: se os versos da estrofe anterior são endereçados ao inimigo português, registrando a indignação do indígena diante das práticas de governança estabelecidas na colônia, após o pontilhado o que temos é um diagnóstico do cenário resultante das ações condenadas, o que reforça o jogo de

sobreposição temporal entre presente e passado que atravessa e compõe o poema. Em outra parte, temos o seguinte:

Ó gênio do Brasil, às plagas tuas
Volta... oh! volta a vingar os filhos teus!

.....
E dá que de vulcão medonha horrível
A cratera s' expanda abrasadora
Para o povo engolir, que a nós de povo
O nome até roubou-nos... extinguiu!

Estas vozes soltando angustiado
Emudece o Caeté... quedo ficou,
Com os olhos no céu, dele esperando
A tardia, porém certa justiça!

.....
De repente troar ao longe ouviu-se
Da artilharia o fogo... e de milhares
De peitos Brasileiros sai o brado,
Simulando o trovão que o raio manda:
– Eia! avante! guerreiros libertemos
A terra dos Caetés, a terra nossa! (Telesila, 1849, p. 21-22).

Neste caso, os pontilhados isolam duas estrofes do conjunto do texto: na primeira delas, vemos o julgamento da conduta colonizadora portuguesa que leva à destruição (“a cratera s' expanda abrasadora/ para o povo engolir”) e à extinção (“que a nós de povo/ o nome até roubou-nos... extinguiu!”) roubando tudo aos brasileiros; na segunda podemos observar a figura do Caeté angustiado, porém esperançoso por justiça. Enquanto os dois versos que as precedem clamam ao Gênio do Brasil para que volte e interceda pelos filhos da terra, a estrofe seguinte ao segundo pontilhado é responsável pelo encadeamento dos eventos, ou seja, pela “resposta” ao clamor anunciado previamente. Este, interrompido pelos versos isolados, irrompe (“de repente troar ao longe ouviu-se”) na ação coletiva dos “guerreiros”, isto é, dos brasileiros revolucionários identificados com os “Caetés” que avançam “de peito aberto” pela liberdade da terra (“A terra dos Caetés, a terra nossa!”), ação que se desenrola imediatamente após a interposição.

Ainda em outro momento temos o avanço das forças rebeldes também interrompidas pelo pontilhado:

Ei-los que avançam nessa mesma praça
Aonde os Martins, Theotônio, Miguel,
Caneca, Agostinho tragaram o fel
Do bárbaro estrangeiro, feroz despotismo!

O Anjo da Vitória ia coroá-los
 Libertar ia enfim as plagas suas:

.....
 Quando oh! sorte adversa! oh! mau destino!
 Do malfadado heroico Pernambuco!

.....
 O primeiro caiu dos filhos seus,
 Que nesta nobre luta s'empenhara!...
 Qual atleta romano denodado
 Da Pátria só curando, o seu triunfo
 Querendo aos seus primeiro anunciar. (Telesila, 1849, p. 23).

Os dois versos em destaque, neste caso, inserem a expressão do lamento (da “lágrima” que vai se construindo ao longo do poema), interrompendo o fluxo dos eventos narrados. Fluxo que, por sua vez, sai do local (o Caeté solitário) em direção à história mais ampla (é “Pernambuco” primeiro, seguido pela “Pátria” o que está em jogo) ao recuperar mártires revolucionários do passado como vítimas do mesmo despotismo que caracteriza o inimigo ainda a ser enfrentado. O poema segue sem interrupções evidentes até que pouco depois do anúncio da morte de Nunes Machado lê-se:

Da natureza humana lei tremenda!
 Infalível tributo à morte paga!
 Decreto de um Deus Pio! oh! quem pudera
 Resignado a ti feliz curvar-se!

.....
 Do Caeté embalde o pranto correu;
 Seus tristes lamentos, sua intensa dor,
 Da sorte implacável o cruel rigor
 Poder não tiveram de um pouco ameigar! (Telesila, 1849, p. 25).

Mais uma vez a mudança de estrofe marcada pelo pontilhado indica nova perspectiva: da observação dos fatos (a morte de Nunes Machado) passa-se à dimensão sensível do Caeté como aquele que não apenas presencia os acontecimentos, mas é diretamente afetado e passa a expressar a dor por eles causada. É, por fim, a voz da Realidade que se manifesta, marcada graficamente pelas aspas ao longo dos seguintes versos, onde aparecem os últimos pontilhados:

« Mas tu, meu pobre Caeté,
 « Escuta a Realidade;
 « Busca as matas, lá somente
 « Gozarás da Liberdade,

« Que aqui terias
 « Talvez gozado
 « Se todos fossem

« NUNES MACHADO!

« Dos pobres Índios,

« Que tanto amava,

« Mudar a sorte

« Também pensava!...

« Mas ah! mui cedo

« Se foi da terra!!

« Teu pranto agora

« No peito encerra.

.....

.....

E súbito o Caeté foi-se saudoso!

.....

Nas margens do Goiana agora expande

Sua dor!... (Telesila, 1849, p. 38).

O corte brusco entre as últimas palavras da Realidade e o anúncio da partida do Caeté, antes de nos levarem a acreditar numa possível censura, parecem-nos, aqui principalmente, um recurso para suspensão e intensificação da tragédia que leva o herói ao “desterro”. Quanto à estrutura dessa parte final do poema, além dos pontilhados bastante evidentes após a fala da Realidade que se estende por versos tetrassílabos, temos a “expansão” expressa também nos versos mais longos que não obedecem à ordenação anterior: o desfecho, se não imprevisito, ao menos indesejado, manifesta-se também impresso na disposição dos versos finais. Podemos ainda inferir que ao sugerir a impossibilidade de permanência do Caeté na área urbanizada de Recife/Olinda, o que se anuncia é o fracasso da visão integracionista que, aos olhos de muitos liberais, se apresentava como uma alternativa mais “adequada” de tratamento a ser destinado aos povos indígenas.

Insistimos, desse modo, que ao recorrer ao Caeté como figura central do poema, para além da referência a um dos povos que habitavam as regiões de Pernambuco e Alagoas no período da invasão, Nísia Floresta reivindica sua filiação às várias manifestações liberais da história recente que se coadunam sob o termo “Caheté” na imprensa local. Embora ao longo da pesquisa tenhamos levantado a hipótese, já descartada, de que ela poderia, inclusive, ter sido autora ou coautora dos textos assim assinados, acreditamos que na verdade a identidade do “Cahete” não importa em si, mas sim a afinidade com os princípios e o discurso praieiro na produção da escritora, o que nos leva, finalmente, ao título deste trabalho.

ALÁGRIMA DE (NÍSIA) FLORESTA

Chamo a atenção, mais uma vez, para a temática indígena obliterada na recepção crítica deste texto e, como sabemos, no chamado indianismo brasileiro de modo geral no que diz respeito a obras de autoras mulheres. Como procurei demonstrar, no caso do poema de Nísia Floresta, as questões raciais, étnicas e de gênero geram um atravessamento epistemológico que hoje podemos ler sob a perspectiva da interseccionalidade. Nesse sentido, ainda há muito por fazer, e o resgate de textos silenciados pela

historiografia literária hegemônica apresenta seus desafios. No que diz respeito a obras escritas por mulheres, eles parecem ainda maiores uma vez que, em grande parte dos casos, esses textos não eram sequer assinados por suas autoras. Em todo caso, se é verdade que o indianismo brasileiro contribuiu, em grande medida, para a criação de um imaginário coletivo distorcido em torno dos povos originários, a reelaboração desse período através do resgate e leitura de outros textos e perspectivas pode ser uma alternativa de abordagem contemporânea.

Para finalizar, tomemos a etimologia da palavra “Cahete”, que pode ser lida da seguinte maneira: ka’a=mata; eté=verdadeira¹⁴, ou seja, “floresta”. Ora, *A lágrima de um Caeté* conta não apenas o lamento desse indígena sobrevivente, seu desejo de vingança, sua sintonia com os revoltosos da Praieira, mas também sua partida como última alternativa de sobrevivência – “E súbito o Caeté foi-se saudoso”. Temos aqui a condição do indígena sobrevivente no contexto do século XIX: a migração forçada, a ameaça constante de expulsão, a disputa territorial seguida por destruição. Imediatamente após esta publicação, Nísia Floresta parte para a Europa, onde passará os últimos anos de sua vida.

Em 1849, quando o poema vem a público, imediatamente após a morte de Nunes Machado, Nísia Floresta já é uma mulher viúva, mãe de dois filhos, que vive na capital onde dirige o Colégio Augusto, dedicado à educação de meninas. Conforme já mencionado no início deste trabalho, grande defensora de uma educação mais apropriada às mulheres, o colégio dirigido por Nísia propunha um programa de estudos bastante “avançado” para a época, o que causou diversas manifestações públicas de repúdio e ataques à diretora. Além disso, mulher, leitora, escritora e educadora no século XIX, Nísia fez de seus textos um terreno fértil para elaborar seu pensamento e sua posição diante daquilo que acreditava ser a justiça, reverberando as dificuldades conjunturais enfrentadas pelo Caeté, protagonista de seu poema.

Naquele mesmo ano sua filha sofre um acidente (queda de um cavalo); especulou-se, à época, que o acidente teria sido usado como justificativa para sua partida, no entanto, a condição de mulher viúva associada ao cenário de perseguição e difamação, tanto em função de suas ideias sobre a educação feminina quanto por sua proximidade e sintonia com líderes liberais, parecem configurar motivação mais certa para sua decisão de partir.

Publicação derradeira antes de sair do país, portanto, parece-nos possível ler na lágrima do Caeté elaborada nos versos do poema, uma lágrima que também é sua, a lágrima de Floresta. O lamento e o desejo por vingança, assim como a constatação consciente de uma batalha cruel frente à atuação destruidora de forças diversas da chamada “civilização”, são empecilhos para a existência plena tanto do indígena quanto da mulher enquanto sujeitos emancipados. Apesar das reiteradas afirmações de que a adesão de “Floresta” ao pseudônimo da autora refere-se ao sítio onde passara os primeiros anos de vida, a etimologia de “Caheté” associada à leitura que procuramos elaborar do poema nos permite pensar que Dionísia Gonçalves Pinto veste-se de Floresta. É Nísia Floresta, Nísia Floresta Brasileira Augusta, de modo que *A lágrima de um Caeté* pode também ser lida como “a lágrima de Floresta”.

Diante das particularidades de cada um, ambos marcados por epistemologias não hegemônicas, o herói e a autora, o indígena e a mulher, frente à “Realidade” que se impõe, são levados ao recolhimento não obstante o constante amor declarado pela terra. Ao produzir uma literatura profundamente

¹⁴ No *Método Moderno de Tupi Antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*, temos “ka’a – mata, floresta” e “eté – legítimo, genuíno, verdadeiro, honrado” (Navarro, 1998, p. 605 e 607).

atravessada por sua experiência biográfica, a associação entre autora e personagem, isto é, a partida de Floresta e a reclusão do Caeté nos permite ler, retrospectivamente, a aproximação estabelecida na marginalização dessas figuras enquanto categorias políticas durante um período em que a construção do pensamento em torno da brasilidade era crucial. Curiosamente, o nativismo que logra se inserir na história hegemônica reivindica o indígena – uma imagem deturpada, é verdade – como “símbolo” enquanto negligencia a mulher como elemento constitutivo da sociedade. Ao longo do século seguinte, no entanto, o que vemos é o gradativo apagamento do indígena cuja figura fica restrita a um imaginário coletivo limitado, excludente e, evidentemente, passadista – o conhecido episódio, registrado em *Tristes Trópicos*, entre Lévi-Strauss e Sousa Dantas, quando este último afirma ao jovem antropólogo a inexistência de povos nativos no Brasil¹⁵, é uma evidência desse processo de apagamento nas narrativas hegemônicas.

Poderíamos dizer que, no limite, enquanto a autora opta por uma espécie de “exílio voluntário” – de onde, aliás, continua escrevendo e publicando em defesa de sua pátria e dos direitos daqueles que considera estruturalmente oprimidos, como é o caso das mulheres, dos indígenas e das pessoas escravizadas –, o Caeté, por sua vez, em sua condição indígena, é forçado ao “isolamento voluntário” como última alternativa de sobrevivência. O isolamento do indígena no poema ocorre em direção à floresta como espaço ainda não tomado pelas forças coloniais. É necessário ao nativo manter “distância”, condição, aliás, que não é demais lembrar, segue sendo em pleno século XXI estratégia de sobrevivência de muitos povos originários; como observa Eduardo Viveiros de Castro, no entanto, é importante notar que o “caráter *voluntário* do isolamento pouco tem de *espontâneo*” (Castro, 2019, p. 11, grifos do autor) na medida em que ocorre também (e ainda) como estratégia de sobrevivência frente à “Realidade” que se impõe. Nesse sentido, *A lágrima de um Caeté* não apenas atualiza a presença indígena tanto no contexto de sua publicação quanto, nos parece, no tempo presente, como aponta para possibilidades de leituras outras do indianismo do século XIX, que não aquelas plasmadas pela hegemonia historiográfica da literatura brasileira.

15 De acordo com Lévi-Strauss, o embaixador brasileiro teria feito a seguinte observação ao jovem antropólogo em 1934: “Índios? Ai! meu caro senhor, já desapareceram há muitos lustros! Oh! é uma página bem triste, bem vergonhosa, da história do meu país. Mas os colonos portugueses do século XVI eram homens ávidos e brutais. Como censurar-lhes ter participado da rudeza geral dos costumes? Eles agarravam os índios, amarravam-nos à boca dos canhões e esfaqueavam-nos vivos, a tiros. Foi assim que os destruíram, até o último. O senhor, como sociólogo, vai descobrir coisas apaixonantes no Brasil, mas deixe de pensar em índios, pois não mais encontrará nenhum...” (Lévi-Strauss, 1957, p. 44-45).

REFERÊNCIAS

- ARCHIVO NACIONAL. *Publicações do Archivo Nacional*, v. XXII. Rio de Janeiro: Archivo Nacional, 1924.
- AUGUSTA, Nísia. Floresta Brasileira. (Telesila). *A lágrima de um Caeté*. Rio de Janeiro: Topografia de L. A. F. de Menezes, 1849.
- AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. (B.A.). *Dedicação d'uma amiga*. Niterói: Typ. Fluminense de Lopes & C.a., 1850.
- AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *Fragments de uma obra inédita*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *Opúsculo humanitário*. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2024.
- DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: Editora da UFRN, 1995.
- DUARTE, Constância Lima. *A lágrima de um Caeté*, uma nova página do Romantismo Brasileiro. In: AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. *A lágrima de um Caeté*. Edição atualizada com Notas e Estudo Crítico de Constância Lima Duarte. 4 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1997. p. 7-31.
- DUARTE, Constância Lima. Revendo o indianismo brasileiro: *A lágrima de um Caeté*, de Nísia Floresta. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, v. 19, n. 25, p. 153-177, dez. 1999.
- CARVALHO, Alfredo de. *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908*. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista de Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238, 2003.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Nenhum povo é uma ilha. In: RICARDO, Fany; GONGORA, Majoi Fávero (org.). *Cercos e resistências: povos indígenas isolados na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2019. p. 8-14.
- CUNHA, Manuela Carneiro. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- FELDMAN, Ariel. Imprensa política e apoio popular às vésperas da Praieira: Lopes Gama e os embates jornalísticos entre 1845 e 1846. *CLIO- Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 33, p. 66-89, n. 1, 2015.
- FRANCO, Stella Maris Scatena. Prefácio: Itinerários da viagem de vida de Nísia Floresta. In: FRANCO, Stella Maris Scatena. *Opúsculo humanitário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024. p. 7-33.
- LAEMMERT, Eduardo. *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1850*. Sétimo ano (Segunda série). Rio de Janeiro: Casa dos Editores-Proprietários Eduardo e Henrique Laemmert, 1850.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Tradução de Wilson Martins. São Paulo: Editora Anhembi, 1957.
- NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954) – V. IV, Periódicos do Recife – 1821-1850*. Recife: Editora da UFPE, 1969.
- NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954) – V. IV, Periódicos do Recife – 1821-1850*. Recife: Editora da UFPE, 2002.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Nísia Floresta, O Carapuço e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PUGLIESE, Nastassja. *Nísia Floresta. Elements on Women in the History of Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

QUINTAS, Amaro. O sentido social da Revolução Praieira. In: QUINTAS, Amaro. *Amaro Quintas: o historiador da liberdade*. 7 ed. Recife: Cepe, 2015. p. 187-390.

TREECE, David. *Exilados, Aliados, Rebeldes: o Movimento Indianista, a Política Indigenista e o Estado-nação Imperial*. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. São Paulo: Editora Edusp, 2008.

PERIÓDICOS

CORREIO MERCANTIL, Rio de Janeiro, Sábado, 5 de maio de 1849. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&pesq=cahete&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1949>. Acesso em: 3 dez. 2024.

DIARIO DE PERNAMBUCO, Pernambuco, 16 de novembro de 1831. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_01&pesq=cahete&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3948. Acesso em: 10 dez. 2024.

O BRASIL ILLUSTRADO, 14 de março de 1855. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706817&pesq=%22vida%20obscura%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7>. Acesso em: 20 nov. 2024.

O DIÁRIO NOVO, Pernambuco, 04 de abril de 1843. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709867&pesq=cahete&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=816>. Acesso em: 18 nov. 2024.

O GRITO NACIONAL, Rio de Janeiro, n. 18, 11 de dezembro de 1848. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=341185&Pesq=nunes+machado&pagfis=74>. Acesso em: 14 nov. 2024.

O GRITO NACIONAL, Rio de Janeiro, n. 36, 24 de fevereiro de 1849. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=341185&pasta=ano%20184&pesq=>. 14 nov. 2024.